

RESOLUÇÃO STJ/GP N. 10 DE 10 DE ABRIL DE 2019.

Altera a Resolução STJ/GP n. 10/2015 que regulamenta o processo judicial eletrônico no Superior Tribunal de Justiça.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 21, inciso XX, do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo STJ n. 29.706/2018, *ad referendum* do Conselho de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º O § 4º do art. 20 da [Resolução STJ/GP n. 10 de 6 de outubro de 2015](#) passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20.

§ 4º Os servidores responsáveis pelo atendimento judicial e pelos procedimentos de protocolo, registro, autuação, triagem, classificação e distribuição de feitos, os estagiários e terceirizados devidamente autorizados, o secretário dos órgãos julgadores e seu substituto legal, bem como os servidores lotados em gabinete de ministro, poderão acessar as peças dos processos que estejam em segredo de justiça, independentemente da etapa de tramitação em que se encontrem, para o exercício de suas atividades funcionais.”

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro João Otávio de Noronha